



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

☐ Pauta da Reunião

1. Leitura da Ata do dia 31 de agosto de 2022;
2. Portaria 31/2022 de 21/02/2022 – Art. 2º Implantação da Gestão de Riscos – Prof. Cleber – UFG;
3. Apresentação do Portal de Dados Abertos – CGE;
4. Apresentação do resultado do Goiás Mais Transparente – CGE.

☐ Desenvolvimento da Reunião

No dia 19 de outubro de 2022, às 14h36min (quatorze horas e trinta e seis minutos), teve início em primeira convocação, via plataforma ZOOM, contando com a presença de 15 (quinze) dos seus membros, titulares e suplentes, a 58ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC. Na ocasião, o Sr. Bruno Carvalho Cavalcante Rolim, Suplente do Secretário Executivo do Conselho, declarou aberta a reunião. Bruno apresenta a pauta do dia. Submete à aprovação, pelos presentes, a ata da 57ª Reunião Ordinária, sendo aprovada sem ressalvas. O Prof. Kleber Domingos de Araújo, titular da Universidade Federal do Estado de Goiás, apresenta a segunda pauta: Portaria 31/2022 de 21/02/2022 – Art. 2º Implantação da Gestão de Riscos. Questiona como está o andamento dos trabalhos, em qual etapa se encontra a implantação, tendo em vista a importância da normativa, que evita problemas futuros pela sua característica preventiva. Bruno comenta que a gestão de riscos no estado está madura, que todos os órgãos já possuem o comitê de gestão de riscos. Que todos os maiores riscos já foram mapeados e estão sendo tratados. A Sra. Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho, Suplente da Presidência do Conselho, esclarece que os 49 Órgãos e Entidades do Poder Executivo já executam o programa, graças a uma metodologia extremamente didática. Onde o Controle Interno oferece acompanhamento, ensinando como construir o raciocínio, oferecendo instrumentos, planilhas e o passo a passo para que o trabalho se torne uma rotina nos Órgãos e Entidades. Informa que hoje, no estado, a gestão de risco acontece com robustez, onde os órgãos e entidades produzem sua



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

matriz de risco, seus relatórios de gerenciamento de riscos e monitoram os mesmos. O Dr. Cláudio Grande Junior, titular da Procuradoria Geral do Estado, levanta a questão da transparência dessas informações, se está tendo publicidade. Atendendo, assim o Conselho no seu papel que é a transparência. Bruna afirma que os relatórios são publicados. As matrizes não são divulgadas, por conter informações restritas. E se compromete a entrar em contato com a área responsável, convidando para a próxima reunião do conselho, para que possam trazer maiores informações deste processo de divulgação e andamento da gestão de riscos. O servidor Calebe Melo Cerqueira, Gerente de Disseminação de Dados Públicos, fala do terceiro tema da reunião: Apresentação do Portal de Dados Abertos – CGE. Calebe inicia definindo o que são dados abertos. São dados estruturados (tabelas) em formato aberto, que podem ser trabalhados, manipulados e comparados com outros dados no mesmo formato. Proporcionando análises estatísticas, cruzamento entre bases de dados, chegando a propostas de soluções ou auditorias realizadas pela sociedade. Calebe navega pelo portal, apresentando as principais funções da página. Demonstra como os dados estão expostos e quais órgãos já estão alimentando o portal. Finaliza falando do decreto que está sendo elaborado sobre a disseminação de dados abertos no estado, que normatizará o fornecimento dos dados para o portal. Dessa forma, gradativamente todas as pastas colaborarão com o mesmo. O Prof. Kleber retoma a palavra elogiando a construção do novo portal de dados abertos. Compartilha a opinião dos professores da UFG de que esses dados são o que precisam para realizar as suas pesquisas. Comenta que nem todos os órgãos estão com dados publicados no portal, mas acredita que é uma construção e que ao longo do tempo todos publicarão seus dados na página. Bruno agradece e afirma contar com a participação das universidades, Instituto Mauro Borges e outros colaboradores na construção do portal. Que os dados na página, publicados, venham atender as demandas dos interessados. O senhor Luiz Antônio Ribeiro de Souza, suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia e diretor da Faculdade ESUP, elogia e se coloca à disposição para auxiliar na implantação do portal. Calebe agradece e reafirma que a participação das universidades e faculdades serão fundamentais para a disseminação dos dados abertos. Pedindo que divulguem o projeto e que se necessitarem de alguma base de dados que não se encontram no portal, solicitem, pois, o objetivo é divulgar dados que serão utilizados. Bruno convida a todos para navegarem na versão homologue, pois, esta parceria enriquece o trabalho. Anuncia que o portal será lançado no fim do ano juntamente com a nova política de dados abertos do estado. Comenta que a Dra. Fabiana Lemes Zamalloa, do Ministério Público Estadual, é uma das responsáveis pela materialização do novo portal, pois foram suas provocações e cobranças que motivaram a celeridade do projeto agora apresentado. Calebe informa que tem duas novas bases de dados que pode ser de interesse da Dr. Fabiana Zamalloa. Das emendas parlamentares e das notas fiscais do estado, sendo a última uma provocação da doutora. Ela traz nova sugestão de base de dados, as notas fiscais dos municípios, já que é a Secretaria da Economia que detém esses dados. Ampliando a transparência entre os entes federativos, já que o Tribunal de Contas dos Municípios relatou a dificuldade de obter essas bases. Bruno retoma a palavra anunciando o quarto item da pauta, Apresentação do Resultado do Goiás Mais Transparente. O servidor Weyk Wagner Barbosa Gomes, Gerente de Acesso a Informação-CGE, inicia sua apresentação explicando como funciona o prêmio, que visa o aprimoramento do grau de transparência ativa dos entes no estado. O prêmio envolve 37 páginas de acesso a informação da administração direta e 12 páginas da administração indireta. A participação é automática e compulsória. As páginas são compostas por 12 grupos de informações desmembrada em 180 itens por páginas. Esses itens são divididos em essenciais, obrigatórios e recomendados. Onde os essenciais são aqueles demandados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O não cumprimento envolve o bloqueio das transferências voluntárias, e



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

corresponde a 50% da nota. Os itens obrigatórios obedecem a legislação de transparência e outras, correspondendo a 40% da nota. E os itens recomendados são as boas práticas, e correspondem a 10% da nota, totalizando os 100% da pontuação do Prêmio Goiás Mais Transparente. O trabalho foi realizado pela Gerencia de Acesso à Informação, que está ligada a Superintendência de Governo Aberto. A metodologia foi desenvolvida pela CGE em conjunto com o TCE. O trabalho obedece a um cronograma e regulamentos. Sendo realizado por uma equipe de gestores usando um sistema de avaliação desenvolvido pela CGE. A primeira etapa do trabalho consiste em fazer uma análise das páginas, levantando as não conformidades, pedindo aos responsáveis pelas páginas que realizem a adequação. A segunda etapa é a de consultoria, que foi feita de forma individual, orientando cada entidade a sanar as inconformidades. Na terceira etapa, abre para que os órgãos e empresas entrem com recursos, caso não concordem com nossa análise. Por fim, são divulgadas as notas do prêmio. Nesse ano de 2022, graças ao trabalho de consultorias e acompanhamento, que totalizaram mais de 100 horas de reuniões, a meta de quase 100% de grau elevado de transparência, que corresponde a todas as entidades terem notas superiores a 75% de transparência em suas páginas de acesso à informação, foi alcançada. Weyk apresenta o resultado da administração direta onde 100% dos órgãos alcançaram grau elevado de transparência, das 37 páginas avaliadas 29 obtiveram a maior nota, e a mais baixa alcançou 92% de conformidade. Já na administração indireta somente a Metrobus não alcançou o grau elevado de conformidade, as outras empresas atingiram os 75% de conformidade nas suas páginas. Em 2019 tivemos a primeira edição do Prêmio Goiás Mais Transparente, onde não tínhamos a metodologia utilizada hoje, avaliávamos apenas a existência dos links e das informações. Sendo que a média de conformidade da administração direta alcança 87% e a indireta 72% de conformidade. Em 2020, o Controle Interno juntamente com o Tribunal de Contas firmou uma parceria e desenvolveram uma nova metodologia, robusta e alinhada com as diretrizes nacionais, que foi implementada. Neste ano a média se manteve, mas foi motivo de comemoração, pois com o aumento do rigor conseguimos manter o índice. Em 2021 chegamos a média de grau avançado de conformidade na administração direta de 96%, e na administração indireta 76%. Esclarecendo que as empresas têm maior dificuldade de cumprir a metodologia pois não contam com os sistemas do estado. Tendo que desenvolver seus próprios sistemas gerando um descompasso entre si. Neste ano, com o assessoramento, monitoramento e acompanhamento, a administração indireta teve um grande avanço na sua nota, com 93% de grau elevado de conformidade, com 6 empresas chegando aos 100% no índice. Na administração direta atingimos 99% de grau elevado de conformidade, com 29 dos órgãos com 100 na nota. Weyk finaliza falando que teremos novos desafios para o ano que vem, com a atualização da metodologia da ATricom e as inovações planejadas pela Superintendência de Governo Aberto, para nos tornarmos referência em transparência no âmbito internacional. Bruno retoma a palavra fazendo os seguintes apontamentos: o primeiro que chegamos ao mínimo de transparência que deve ser oferecido, sendo que esse mínimo vai além dos outros entes da federação, graças as normativas incorporadas a lei de acesso à informação utilizadas pelo estado. O segundo apontamento é que o trabalho evoluiu graças a constância da equipe da gerencia de acesso à informação que a cada ano, juntamente com o tribunal de contas, buscou evoluir na metodologia, saindo do âmbito somente da avaliação, passando para as consultorias e acompanhamento, com a administração direta e indireta, culminando neste nível de transparência atingida nesta etapa de 2022. Adiantando que os desafios continuam, que os próximos passos passam pela automatização dessa avaliação, para que ela seja feita por sistemas, cabendo à equipe o monitoramento de alguma inconformidade que possa ocorrer, fomentando o controle social. O senhor Renato Neves Vieira, titular da Secretaria de Estado da Casa Civil, testemunha que o trabalho da CGE, envolvendo o monitoramento, o acompanhamento e a



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

ajuda, foi fundamental para a conquista do índice de transparência alcançado pela Casa Civil. Afirmou que houve um crescimento com o desenvolvimento dos eixos de gestão de riscos, transparência e ética, e agradeceu pela colaboração do Controle Interno. O Prof. Kleber elogia o trabalho ressaltando a excelência da transparência alcançada graças ao empenho de todos. Weyk agradece os elogios e ressalta que a acessibilidade na transparência está sendo trabalhada para melhor atender nossos usuários com necessidades especiais. Bruno propõem a mudança da próxima reunião do conselho do dia 21 de dezembro para o dia 14 de dezembro de 2022, sendo acatada por todos. Bruna avisa que o Superintendente de Gestão de Risco já confirmou presença na próxima reunião do conselho, para diluir todas as dúvidas pendentes. Não havendo nada mais a ser tratado, às 16:05 (dezesesseis horas e cinco minutos), o suplente do Secretário Executivo declarou encerrada a reunião. -----

| Nome | Assinatura |
|--|-------------------|
| Controladoria-Geral do Estado | |
| Titular 1: (Presidente) Henrique Moraes Ziller | |
| Suplente: Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho | - |
| Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas | |
| Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim | - |
| Secretaria de Estado da Casa Civil | |
| Titular: Renato Neves Vieira | - |
| Suplente: Helianny Siqueira Alves Gomes de Andrade | |
| Secretaria de Estado da Economia | |
| Titular: Marco Túlio Pereira de Campos | |
| Suplente: Dorival de Souza Pereira | |
| Procuradoria-Geral do Estado | |
| Titular: Cláudio Grande Junior | - |
| Suplente: Cláudia Pimenta Figueiredo Falcão | |
| Secretaria de Estado de Estado da Administração | |
| Titular: Fabiane Falcomer dos Santos | - |
| Suplente: Roberta Rodrigues Costa | |
| Fórum Goiano de Combate à Corrupção | |
| Titular: Aguardando Indicação | |
| Suplente: Aguardando Indicação | |



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

| | |
|---|---|
| Associação Goiana de Imprensa | |
| Titular: Jales Rodrigues Naves | |
| Suplente: Guilherme de Melo Batista Pereira | |
| Fórum Empresarial | |
| Titular: Rubens Fileti | |
| Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo | |
| Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás | |
| Titular: Carlos Alberto Barros de Castro | - |
| Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto | |
| Fórum das Universidades Privadas | |
| Titular: Regina Ster de Moraes | - |
| Suplente: Jorge de Jesus Bernardo | |
| Universidade Federal de Goiás | |
| Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo | - |
| Suplente: Profº Pedro Henrique Evangelista | |
| Universidade Estadual de Goiás | |
| Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo | - |
| Suplente: Talles Mendes de Castro | |
| Ministério Público Estadual | |
| Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado | - |
| Suplente: Adriano Godoy Firmino | |
| Tribunal de Contas dos Municípios | |
| Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin | - |
| Suplente: Ricardo Sartori Cella | |
| Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás | |
| Titular: Hugo Leonardo de Araújo Godinho | - |
| Suplente: Geovanni Maciel Gonçalves | |
| Ordem dos Advogados do Brasil | |
| Titular: Juscimar Pinto Ribeiro | |
| Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale | - |



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

| Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás | |
|--|---|
| Titular: Aguardando Indicação | |
| Suplente: Nylo Sergio José Nogueira | |
| Comitê para Democratização da Informática | |
| Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro | - |
| Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco | |
| Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia | |
| Titular: Carlos Alberto de Paula Moura Junior | |
| Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza | - |